



INSTRUTIVO N.º 01/2014

SOBRE A COBRANÇA DE RECEITAS E REALIZAÇÃO DE DESPESAS PELOS CONSELHOS PROVINCIAIS E INTERPROVINCIAIS

Considerando a necessidade de conferir maior autonomia funcional aos Conselhos Provinciais Interprovinciais da Ordem dos Advogados de Angola, no que concerne à cobrança de receitas e realização de despesas;

Considerando que a criação e institucionalização dos actuais conselhos foi progressiva e, hodiernamente, o seu número justifica a adopção de medidas que assegurem a sua autonomia funcional;

Considerando a necessidade de materialização das atribuições estatutárias dos conselhos sobre a matéria;

Considerando a necessidade de regulamentação e definição de normas e procedimentos para a cobrança de receitas e realização de despesas pelos conselhos;

O Conselho Nacional da Ordem dos Advogados, na sua sessão ordinária de 21 de Janeiro de 2014, no uso das atribuições legais e regulamentares, delibera:

Artigo 1.º (Objecto e âmbito de aplicação)

Rua Ho Chi Min (edificio da estatística) Tel. 222 32 63 30/ 32 27 77/ 928410082

Site: www.oaang.org

E.Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. 7402006905

Luanda - Angola

110

1- O presente Instrutivo tem por objecto a descrição das receitas e despesas dos Conselhos Provinciais e Interprovinciais da Ordem dos Advogados de Angola e o estabelecimento de normas e procedimentos para a sua cobrança e realização.

2- O presente Instrutivo é aplicável a todos presidentes dos Conselhos provinciais e interprovinciais, bem como a todos os trabalhadores que possuam vínculo com os referidos conselhos.

Artigo 2.º

(Receitas)

Constituem, nos termos estatutários e regulamentares, receitas dos Conselhos Provinciais e Interprovinciais:

- a) As quotas pagas pelos Advogados domiciliados nas respectivas circunscrições, na proporção fixada pelo Conselho Nacional;
- b) As receitas próprias dos actos praticados e serviços prestados pelos Conselhos, designadamente, emissão de declaração simples, fotocópias de documentos, desde que solicitadas pelos advogados.
- c) Quaisquer outras receitas, nomeadamente as provenientes de doações, heranças, legados ou eventuais subsídios a favor dos Conselhos.
- d) Os créditos extraordinários, desde que necessários e devidamente autorizados pelo Bastonário.

Artigo 3.º

(Despesas)

Constituem, nos termos estatutários e regulamentares, despesas dos Conselhos Provinciais e Interprovinciais:

Rua Ho Chi Min (edifício da estatística) Tel. 222 32 63 30/ 32 27 77/ 928410082

Site: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. 7402006905

Luanda - Angola

12

- a) Pagamento dos salários dos trabalhadores dos respectivos Conselhos;
- b) Aquisição de material administrativo de uso corrente, tais como, papel, esferográficas, clips, tinteiros, material de limpeza, combustível e outros.

Artigo 4.º
(Procedimentos)

1- Para a efectivação da cobrança os conselhos provinciais e interprovinciais, estão obrigados a emitir o respectivo recibo a favor do utente do serviço e arquivar uma cópia deste numa pasta própria.

2- Na realização da despesa, os conselhos provinciais e interprovinciais, estão obrigados a exigir a emissão do respectivo recibo ou comprovativo da despesa, o qual deve ser arquivado numa pasta própria.

Artigo 5.º
(Envio de documentação para os Serviços Centrais)

Os Conselhos estão obrigados a remeter para os serviços centrais da OAA, até dia 10 de cada mês, relatório de receitas e despesas devidamente sustentado, isto é, com cópias do documento de suporte das respectivas receitas e despesas. à realização da receita ou despesa.

Artigo 6.º
(Resolução de dúvidas e omissões)

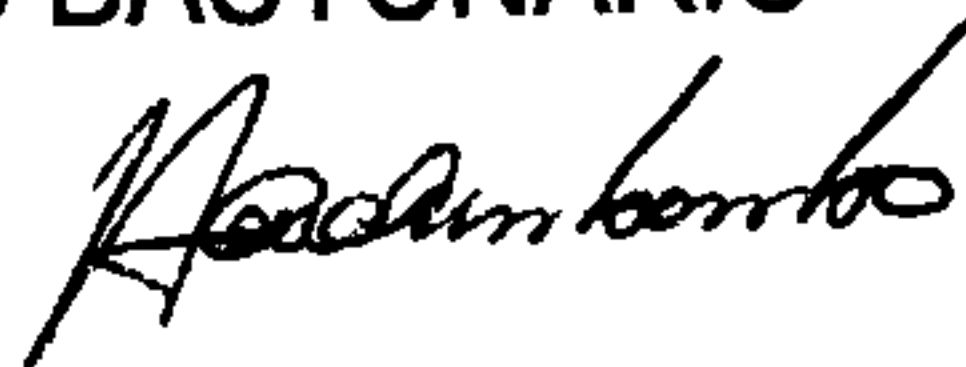
As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Instrutivo serão resolvidas mediante Despacho do Bastonário.

Artigo 7.º
(Entrada em vigor)

O presente Instrutivo entra em vigor a partir de 1 de Fevereiro do ano corrente.

Luanda, 24 de Janeiro de 2014

O BASTONÁRIO



Hermenegildo Cachimbombo